



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA  
GABINETE DA MINISTRA

OFÍCIO Nº 10155/2023/MMA

Brasília, 06 de dezembro de 2023.

Ao Primeiro-Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados  
Câmara dos Deputados  
Praça dos Três Poderes, Edifício Principal, Térreo, Sala 27  
70160-900 Brasília/DF

*ric.primeirasecretaria@camara.leg.br*

**Assunto: Resposta ao Ofício 1º Sec/RI/E/nº 428 - Requerimento de Informação nº 2.475/2023.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao Ofício 1º Sec/RI/E/nº 428, de 31 de outubro de 2023, que veicula o Requerimento nº 2.475/2023, de autoria da Deputada Adriana Ventura e outros, que requer informações "sobre o cumprimento pela pasta do art. 5ª da Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019, e dos dispositivos do Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, relacionados à análise de impacto regulatório - AIR".

Em resposta aos questionamentos realizados, encaminho a Nota Informativa nº 1279/2023-MMA, elaborada no âmbito da Secretaria-Executiva, deste Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

**ANNA FLAVIA DA SENNA FRANCO**

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Substituta

Anexo: Nota Informativa 1279/2023-MMA (1522312).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Flávia de Senna Franco, Ministro do Meio Ambiente, Substituto**, em 06/12/2023, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1522805** e o código CRC **15153073**.





## MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

SECRETARIA EXECUTIVA  
GAB-SECEX DIRETORIA

NOTA INFORMATIVA nº 1279/2023-MMA

Brasília/DF, 06 de dezembro de 2023

**ASSUNTO:** Ofício 1º Sec/RI/E/nº 428 - Requerimento de Informação Nº 2.475, DE 2023 (1490599), de autoria da Deputada Adriana Ventura e outros, que solicita informações sobre o cumprimento por esta Pasta do art. 5ª da Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019, e dos dispositivos do Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, relacionados à análise de impacto regulatório - AIR.

**1. DESTINATÁRIO**

Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva

Secretária-Executiva Adjunta

**2. INTERESSADO**

Gabinete da Ministra

CONJUR

**3. REFERÊNCIA**

Processo 02000.015966/2023-71

Requerimento de informação nº 2.475/2023 (SEI 1490599)

Planilha de dados coletados (SEI 1522519)

**4. INFORMAÇÃO**

1. Em referência ao Requerimento nº 2.475/2023 de autoria da Deputada Adriana Ventura e outros, que solicita informações sobre o cumprimento por esta Pasta do art. 5ª da Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019, e dos dispositivos do Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, relacionados à análise de impacto regulatório - AIR, informo que foi feito, pelo DGE/SECEX, levantamento dos Atos normativos editados por este Ministério que se enquadram na legislação acima mencionada no período de 14 de outubro de 2021 a 04 de outubro de 2023 e, posteriormente, solicitado às áreas técnicas as informações e demais documentos comprobatórios acerca das Análises de Impacto Regulatório (AIR) ou dispensa de AIR, conforme previsto na legislação vigente, para responder as perguntas abaixo constantes no referido Requerimento.

a) No site do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no menu “Análise de Impacto Regulatório (AIR) e Avaliação de Resultado Regulatório (ARR)”, consta o ícone “Relatórios de AIR” onde supostamente deveriam estar as notas técnicas de análise de impacto regulatório da pasta. No entanto, não é possível encontrar notas técnicas nos ícones das secretarias. Sobre o assunto, perguntamos:

- Quantas e quais normas de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados foram editadas pela pasta no período compreendido entre 14 de outubro de 2021 e a data corrente - 4 de outubro de 2023?

Informa-se que, com base na planilha com manifestação das áreas técnicas consolidada (SEI 1522519), foram localizados 46 atos publicados no período de 14 de outubro 2021 a 04 de outubro de 2023 que se enquadram ao Decreto 10.411 de 30 de junho de 2020. Desses 46 atos, 7 foram revogados e não possuem mais eficácia.

Desses 46 atos, foi possível realizar o levantamento no prazo estipulado de 37 atos, restando pendentes de finalização da análise 09 atos, vide planilha em anexo. planilha em anexo.

Nesse contexto, as perguntas abaixo serão respondidas levando em consideração esses 37 atos com análise concluída. Sugere-se solicitar extensão de prazo para que as áreas técnicas possam concluir as análises no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e encaminhar a complementação das informações solicitadas.

- Por que as notas técnicas de AIR não constam do site da pasta? Solicitamos o envio das referidas notas técnicas, caso tenham sido produzidas.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

p. 882650/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/7TA0HITJ/Nota\_Informativa\_1522312.html

2371631

Conforme informações obtidas a partir do levantamento realizado, foram localizados cinco atos normativos com AIR elaborado conforme previsto na legislação vigente, tabela 1.

Tabela 1. Atos com AIR

Ato	Ementa	Status	AIR
Portaria Interministerial MI/MMA nº 04, de 02 de dezembro de 2022	Dispõe sobre o Programa Rodoviário BR Verde	VIGENTE	AIR (1522459)
Resolução SFB nº 17, de 16 de fevereiro de 2022.	Regulamenta o processo de parcelamento administrativo de valores inadimplidos pelas entidades concessionárias de florestas públicas federais.	VIGENTE	AIR Resolução 17 (1515258)
Resolução SFB nº 18, de 11 de maio de 2022.	Estabelece os preços dos serviços especializados prestados pelo Laboratório de Produtos Florestais (LPF), bem como das publicações disponíveis para venda.	VIGENTE	AIR resolução 18 (1516866)
Resolução SFB nº 19, de 31 de outubro de 2022.	Altera dispositivo da Resolução nº 17, de 16 de fevereiro de 2022, que regulamenta o processo de parcelamento administrativo de valores inadimplidos pelas entidades concessionárias de florestas públicas federais.	VIGENTE	AIR resolução 19 (1515257)
Resolução SFB nº 21, de 15 de dezembro de 2022.	Altera as Resoluções SFB nº 4, de 2 de dezembro de 2011; nº 16, de 10 de julho de 2012; nº 25, de 2 de abril de 2014; e nº 38, de 5 de outubro de 2017; e nº 11, de 19 de dezembro de 2019, e dá outras providências.	VIGENTE	AIR resolução 21 (1515445)

Informa-se que a Portaria Interministerial MI/MMA nº 04, de 02 de dezembro de 2022, que Dispõe sobre o Programa Rodoviário BR Verde teve seu processo iniciado no Ministério da Integração (MI), que foi o órgão responsável pela elaboração do relatório de AIR.

Em relação os quatro demais atos e seus respectivos Relatórios de AIR, esclarece-se que tais Atos foram editados pelo Serviço Florestal Brasileiro quando fazia parte do quadro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portanto, não constavam no site do MMA. Estão em curso as tratativas para atualização do site e inserção desses documentos.

Oportunamente informa-se que as análises de impacto regulatório referentes ao CONAMA encontram-se disponíveis em sítio eletrônico específico: <http://conama.mma.gov.br/analise-de-impacto-regulatorio-air>.

**b) No site do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no menu “Análise de Impacto Regulatório (AIR) e Avaliação de Resultado Regulatório (ARR)”, consta o ícone “Dispensas de AIR”. Para além das três notas técnicas da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais, não há outros documentos que justifiquem a dispensa de AIR no site do Ministério. De fato, não houve outros casos de dispensa? Solicitamos o envio das demais notas técnicas, caso tenham sido produzidas.**

Informa-se que, conforme levantamento realizado, dos 37 atos informados no item "a", 32 se enquadram nos dispositivos de dispensa de AIR, previstos na legislação e que 04 atos já possuem suas respectivas dispensas disponibilizadas no site do MMA, vide planilha em anexo.

Conforme solicitado, encaminha-se todos os documentos comprobatórios de dispensa de AIR, conforme tabela abaixo e anexos.

Tabela 2. Atos com dispensa de AIR

ATO NORMATIVO	EMENTA	DISPENSA DE AIR
Portaria MMA nº 472, de 18 de outubro de 2021	Torna pública a seleção das unidades de conservação federais na segunda etapa do Programa Adote um Parque, e fixa valores mínimos de referência.	DESPACHO Nº 10324/2022-MMA - (1522195)
Portaria MMA nº 487, de 26 de outubro de 2021	Institui a modalidade Floresta+Agro, no âmbito da Portaria MMA nº 288, de 02 de julho de 2020.	DESPACHO N. 38724/2021-MMA (1522197)
Portaria MMA nº 543, de 29 de novembro de 2021	Reconhece a Trilha Nacional Transmantiqueira, situada nos Estados de Minas Gerais/MG, São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ, como integrante da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade - RedeTrilhas.	DESPACHO Nº 10324/2022-MMA - (1522195)
Portaria MMA nº 554, de 14 de dezembro de 2021	Reconhecer a Trilha dos Canyons, situada no Estado do Rio Grande do Sul/RS, como integrante da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade - RedeTrilhas.	Nota Técnica nº 1666/2021-MMA (1516470)
Resolução CONAMA nº 1 de dezembro	Define critérios e procedimentos para o reúso em sistemas de fertirrigação de efluentes provenientes de indústrias de alimentos, bebidas, laticínios, frigoríficos e graxarias	Nota Técnica nº 1506/2021-MMA (1512811)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

p. 8826650/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/7TA0HITJ/Nota\_Informativa\_1522312.html

2371631

Resolução CONABIO nº 08, de 08 de dezembro de 2021	Dispõe sobre a Lista nacional de espécies ameaçadas de extinção.	encontra-se no site do MMA
Portaria MMA nº 71, de 21 de março de 2022	Institui o Programa Nacional de Redução de Emissões de Metano - Metano Zero.	NT nº 235/2022-MMA (1521507)
Portaria Interministerial MME/MMA nº 01, de 22 de março de 2022	Estabelece os procedimentos, critérios e prazos que balizarão as manifestações conjuntas do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente para o planejamento de outorga de áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural, nos termos do art. 6º, §§ 2º e 3º, inciso II, da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 17, de 8 de junho de 2017.	NOTA TÉCNICA Nº 1/2022/AESA/SE (1514484)
Portaria Interministerial MMA/MME nº 107, de 25 de abril de 2022	Disciplina a eliminação controlada de Bifenilas Policloradas - PCB, aprova o Manual de Gestão de PCB para equipamentos elétricos e implementa o sistema Inventário Nacional de PCB, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.250, de 25 de novembro de 2021, e no Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005.	Nota Técnica nº 422/2022-MMA (1514494)
Portaria MMA nº 148, de 07 de junho de 2022	Altera os Anexos da Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, referentes à atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção. ALTERADA pela Portaria MMA nº 229, de 5 de setembro de 2022.	encontra-se no site do MMA
Portaria GM/MMA nº 169, de 13 de julho de 2022	Institui o Projeto Salas +Verdes e estabelece suas diretrizes. REVOGADO POR PORTARIA GM/MMA Nº 524/2023	encontra-se no site do MMA
Portaria MMA nº 229, de 05 de setembro de 2022	Altera a Portaria nº 148, de 7 de junho de 2022, referente à data de início da vigência do Anexo 3, que reconhece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos e a Lista Oficial de Espécies Extintas da Fauna Brasileira - Peixes e Invertebrados Aquáticos.	encontra-se no site do MMA
Portaria GM/MMA nº 263, de 18 de outubro de 2022	Define critérios que incentivam o financiamento de programas e projetos e institui a ação Renovar Frota +Verde.	Nota Técnica nº 1292/2022-MMA (1514501)
Portaria GM/MMA nº 251, de 31 de outubro de 2022	Dispõe sobre a atualização das listas de municípios prioritários para ações de prevenção e controle do desmatamento e de municípios com desmatamento monitorado e sob controle, a que se refere o Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007. REVOGADO POR Portaria GM/MMA nº 834, de 9 de novembro de 2023	Despacho SEI 86506 (1517648)
Portaria GM/MMA nº 299, de 13 de dezembro de 2022	Institui o Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade - CONSERVA+, que estabelece as estratégias políticas de reconhecimento, avaliação e gestão das espécies nativas em relação ao uso sustentável e aos riscos e ameaças de extinção, com vistas a assegurar a proteção, a conservação e o manejo da diversidade biológica brasileira. REVOGADO pela Portaria MMA nº 354, de 27 de janeiro de 2023.	Nota Técnica nº 1424/2022-MMA (1522202)
Portaria GM/MMA nº 300, de 13 de dezembro de 2022	Reconhece a Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção. REVOGADO pela Portaria MMA nº 354, de 27 de janeiro de 2023.	Nota Técnica nº 1424/2022-MMA (1522202)
Portaria MMA nº 355, de 27 de janeiro de 2023.	Reconhece como passível de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca a espécie <i>Pseudoplatystoma corruscans</i> , de nome popular pintado ou surubim, e dá outras providências.	Nota Técnica nº 1278/2023-MMA (1516478)
Portaria Interministerial MPA/MMA nº 3, de 28 de abril de 2023	Altera o art. 7º, 10, 11 e 12 da Portaria nº 221, de 8 de junho de 2021, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que estabelece as regras de ordenamento, monitoramento e controle da pesca, do transporte, do processamento, do armazenamento e da comercialização da lagostavermelha ( <i>Panulirus argus</i> ), lagosta-verde ( <i>Panulirus laevis</i> ) e lagosta-pintada ( <i>Panulirus argus</i> ).	Nota técnica Conjunta nº 9/2023/SNPA/SNPI/SERMOP/MPA (1516479)
Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 1, de 28 de fevereiro de 2023	Estabelece a Autorização de Pesca Especial Temporária, o limite de embarcações de pesca, as cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha ( <i>Mugil liza</i> ) do ano de 2023, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.	NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 38/2022/SNPI/SNPA/SERMOP/MPA (1516467)
Portaria GM/MMA nº 524, de 15 de junho de 2023	Institui o Projeto Salas Verdes e estabelece suas diretrizes.	Nota Técnica nº 556/2023-MMA (1522209)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

p. 882650/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content Outlook/7TA0HITJ/Nota\_Informativa\_1522312.html

Portaria Interministerial MPA/MMA nº 4, de 30 de junho de 2023	Dispõe sobre a moratória da pesca e comercialização da espécie <i>Calophrys macropterus</i> (Piracatinga) em águas jurisdicionais brasileiras e em todo território nacional	NOTA INFORMATIVA nº 1274/2023-MMA (1521672)
PORTARIA INTERMINISTERIAL MPA/MMA Nº 6, DE 29 DE SETEMBRO DE 2023	Altera o art. 5º da Portaria Interministerial nº 5, de 22 de setembro de 2023, que estabelece as cotas de captura da espécie albacora-bandolim ( <i>Thunnus obesus</i> )	Nota técnica Conjunta nº9/2023/SNPA/SNPI/SERMOP/MPA (1516479)
Resolução CONAREDD+ nº 11, de 10 de outubro de 2022	Define a distribuição dos limites de captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia referente ao ano de 2018 e 2019 e altera os anexos I e II da Resolução CONAREDD+ nº 14, de 27 de setembro de 2018, que define a distribuição dos limites de captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia referente aos anos de 2016 e 2017.	Despacho SEI 86405 (1517334)
Resolução CONAMA nº 504, de 08 de setembro de 2023	Revoga a Resolução CONAMA nº 504, de 08 de dezembro de 2021, que disciplina o cadastramento e recadastramento das Entidades Ambientais no CNEA.	NOTA INFORMATIVA nº 683/2023-MMA (1512812)
Decreto nº 11.075, de 19 de maio de 2022	Estabelece os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas, institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa e altera o Decreto nº 11.003, de 21 de março de 2022	PARECER n. 00141/2022/CONJUR-MMA/CGU/AGU (1515287)
Portaria GM/MMA nº 474, de 19 de outubro de 2021	Dispõe sobre a atualização das listas de municípios prioritários para ações de prevenção e controle do desmatamento e de municípios com desmatamento monitorado e sob controle, a que se refere o Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007.	Despacho SEI 86506 (1517648)
Portaria GM/MMA nº 475, de 21 de outubro de 2021	Dispõe sobre a atualização das listas de municípios prioritários para ações de prevenção e controle do desmatamento e de municípios com desmatamento monitorado e sob controle, a que se refere o Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007.	Despacho SEI 86506 (1517648)
Resolução CONAREDD+ nº 08, de 29 de agosto de 2022	Define a distribuição dos limites de captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Cerrado nos períodos entre 2011 e 2017 e entre 2018 e 2020.	Despacho SEI 86405 (1517334)
Resolução CONAREDD+ nº 09, de 29 de agosto de 2022	Define as regras para a elegibilidade de Estados do Cerrado e entidades federais para acesso e captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal neste bioma.	Despacho SEI 86405 (1517334)
Resolução CONAREDD+ nº 10, de 29 de agosto de 2022	Aprova a elegibilidade de entidades estaduais para acesso e captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia.	Despacho SEI 86405 (1517334)
Resolução CONAREDD+ nº 11, de 13 de outubro de 2022	Define a distribuição dos limites de captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia referente ao ano de 2018 e 2019 e altera os anexos I e II da Resolução CONAREDD+ nº 14, de 27 de setembro de 2018, que define a distribuição dos limites de captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia referente aos anos de 2016 e 2017.	Despacho SEI 86405 (1517334)
Resolução CGEN nº 40, de 24 de agosto de 2023	Estabelece orientação quanto ao procedimento para informar, no cadastro de acesso, produto cujo componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado não seja um dos elementos principais de agregação de valor.	Exposição de motivos (1516460)

2. Esta é a informação.

#### Anexos:

1. Planilha com manifestação das áreas técnicas consolidada (SEI 1522519)
2. DESPACHO Nº 10324/2022-MMA - (1522195)
3. DESPACHO N. 38724/2021-MMA (1522197)
4. DESPACHO Nº 10324/2022-MMA - (1522195)
5. Nota Técnica nº 1666/2021-MMA (1516470)
6. Nota Técnica nº 1506/2021-MMA (1512811)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

p. 882650/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content Outlook/7TA0HITJ/Nota\_Informativa\_1522312.html

7. NT nº 235/2022-MMA (1521507)
8. NOTA TÉCNICA Nº 1/2022/AESA/SE (1514484)
9. Nota Técnica nº 422/2022-MMA (1514494)
10. Nota Técnica nº 1292/2022-MMA (1514501)
11. Despacho SEI 86506 (1517648)
12. Nota Técnica nº 1424/2022-MMA (1522202)
13. Nota Técnica nº 1424/2022-MMA (1522202)
14. Relatório de AIR (1522459)
15. Nota Técnica nº 1278/2023-MMA (1516478)
16. AIR Resolução 17 (1515258)
17. AIR resolução 18 (1516866)
18. AIR resolução 19 (1515257)
19. AIR resolucao 21 (1515445)
20. Nota técnica Conjunta nº9/2023/SNPA/SNPI/SERMOP/MPA (1516479)
21. NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 38/2022/SNPI/SNPA/SERMOP/MPA (1516467)
22. Nota Técnica nº 556/2023-MMA (1522209)
23. NOTA INFORMATIVA nº 1274/2023-MMA (1521672)
24. Nota técnica Conjunta nº9/2023/SNPA/SNPI/SERMOP/MPA (1516479)
25. Despacho SEI 86405 (1517334)
26. NOTA INFORMATIVA nº 683/2023-MMA (1512812)
27. PARECER n. 00141/2022/CONJUR-MMA/CGU/AGU (1515287)
28. Despacho SEI 86506 (1517648)
29. Despacho SEI 86506 (1517648)
30. Despacho SEI 86405 (1517334)
31. Despacho SEI 86405 (1517334)
32. Despacho SEI 86405 (1517334)
33. Despacho SEI 86405 (1517334)
34. Exposição de motivos (1516460)

JULIANA FARIA NUNES

Analista Ambiental

De acordo. À consideração superior,

ANDREA AREAN ONCALA

Gerente de Projetos



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Faria Nunes, Analista Ambiental**, em 06/12/2023, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Arean Oncala, Assessor(a)**, em 06/12/2023, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1522312** e o código CRC **F0A0115A**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[http://p.882650/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/7TA0HITJ/Nota\\_Informativa\\_1522312.html](http://p.882650/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/7TA0HITJ/Nota_Informativa_1522312.html)